



## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ACTA NÚMERO 73/XI/ 2.<sup>a</sup> SL

Aos 23 dias do mês de Março de 2011, pelas 09:30 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na Sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

#### PARTE I

1 - Ponto de situação sobre o programa do Seminário sobre a "Estratégia UE 2020";

A reunião foi integralmente gravada em suporte áudio e vídeo e ficará acessível na Internet, na página da Comissão de Assuntos Europeus, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento mais aprofundado nesta sede.

O Senhor Vice-Presidente, Carlos Costa Neves (PSD), por impossibilidade do Sr. Presidente, procedeu à condução dos trabalhos, dando início à reunião, informando os Membros da CAE que o Seminário sobre a "Europa 2020" decorreria na Sala de Leitura da Biblioteca.

O Sr. Deputado Luís Rodrigues (PSD) questionou a oportunidade política em manter a realização do Seminário.

A Sra. Deputada Ana Catarina Mendes (PS) considerou que se deveria manter a realização do Seminário para que se realizasse um debate sobre o Programa Nacional de Reformas com a participação de todos os Grupos Parlamentares.

O Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS-PP) manifestou dúvidas da oportunidade política em manter a realização do Seminário no caso de se concretizar a dissolução da AR, sem contudo declarar objecção formal a que se pudesse prosseguir com a realização do Seminário.

O Sr. Vice-Presidente precisou que formalmente a CAE teria a mesma legitimidade para, no dia 29 de Março, debater as matérias referentes à "Europa 2020".

A Sra. Deputada Ana Catarina Mendes (PS) recordou a confirmação dos oradores convidados e a necessidade da realização do debate em apreço, propondo que se realizasse uma votação pela realização do Seminário.

O Sr. Deputado Luís Rodrigues (PSD) considerou desnecessário colocar a questão a votação, alertando apenas que a possível alteração de circunstâncias poderia redundar na perda de oportunidade política do Seminário.

O Sr. Deputado António Gameiro (PS) expressou a sua preocupação sobre a quebra de consenso tradicional entre os dois principais partidos políticos em matéria europeia, com consequências para o futuro.

O Sr. Vice-Presidente concluiu pela realização do Seminário, apelando à mobilização dos Srs. Deputados para o debate. Colocou à consideração dos Membros da CAE a resposta à proposta da Comissão Europeia em relação ao convite dirigido pela CAE para que um membro da Comissão Europeia participasse no Seminário, recordando que o convite fora endossado com a referência expressa de que se pretendia uma presença politicamente relevante, registando o acordo dos presentes de que a proposta em apreço não correspondia ao parâmetro estabelecido.

O Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS-PP) perguntou se outras comissões permanentes se encontravam mobilizadas para apresentarem as conclusões do Seminário, conforme constava do programa do Seminário e apelou a que os Grupos Parlamentares garantissem a sua presença no Seminário.

## 2 - Ponto de situação do contributo da AR para a Comissão SURE do PE;

O Sr. Vice-Presidente referiu que se continuava a aguardar pelo contributo da COF, informando que este assunto seria debatido na próxima reunião daquela Comissão, que já adiara a sua pronúncia duas vezes. Recordou a deliberação da CAE no sentido de se adoptar o procedimento seguido para preparar a resposta ao questionário da Comissão CRIS do PE, ou seja, através da reunião de coordenadores para apresentação de proposta de resposta da CAE/AR, registando a concordância dos presentes.

## 3 - Apreciação e votação da Redacção Final da Resolução da Assembleia da República: "Adopção pela Assembleia da República das iniciativas europeias

consideradas prioritárias para efeito de escrutínio reforçado, no âmbito do programa de trabalho da Comissão Europeia para 2011".

O Sr. Vice-Presidente colocou à votação a redacção final da mencionada Resolução da AR que, dando cumprimento ao artigo 156.º/2 RAR, foi aprovada "mediante deliberação sem votos contra", com os votos favoráveis do PS, PSD, CDS-PP, na ausência do BE e do PCP.

4 - Resultados das duas reuniões, que o Parlamento Europeu organizou com os Parlamentos nacionais, em Bruxelas: no dia 14 de Março, reunião da Comissão CRIS (Crise Financeira, Económica e Social), dedicada ao tema "Investimento na economia real: instrumentos para o crescimento, a inovação e a coesão " e, no dia 15 de Março, reunião da Comissão ECON (Assuntos Económicos e Monetários), subordinada ao "Semestre Europeu para a coordenação económica";

O Sr. Vice-Presidente propôs que se adiasse a apresentação deste ponto para a próxima reunião, considerando a ausência do Sr. Deputado Pedro Duarte (PSD) que representou a Assembleia da República nas referidas reuniões.

5 - Apreciação e votação dos Pareceres elaborados na CAE no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

- Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: Análise Anual do Crescimento: uma resposta global da UE à crise [COM(2011)11] com Relatórios das 5.ª, 6.ª e 11.ª Comissões.

O Sr. Deputado Autor do Parecer, Carlos Costa Neves (PSD), apresentou o Parecer, salientando que a situação política em Portugal ilustrava bem a importância das matérias contidas na iniciativa em escrutínio e dos novos procedimentos aí previstos no âmbito do Semestre Europeu, considerando que a AR não se encontrava ainda preparada para dar resposta a estes novos procedimentos, como ficou patente com a gestão da questão do PEC. Por fim, afirmou que ou a AR assumia o acompanhamento destas questões ou não estaria a cumprir o essencial da sua missão, devendo começar pelo acompanhamento do processo de revisão da lei de enquadramento orçamental.

A Sra. Deputada Ana Catarina Mendes (PS) fez votos que o conteúdo do Parecer fizesse eco no partido do Sr. Deputado Autor do Parecer e concordou que a lei de

enquadramento orçamental estava a ser revista para acolher as alterações realizadas ao nível europeu.

O Sr. Deputado Luís Rodrigues (PSD) considerou que as alterações em debate deveriam ser acompanhadas por todos os Grupos Parlamentares, apelando ao debate prévio destas matérias, felicitando o Sr. Deputado Autor do Parecer pelo trabalho desenvolvido e pelo exemplo que representou durante a presente Legislatura.

O Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS-PP) felicitou o Sr. Deputado Autor do Parecer pelo Parecer apresentado e pela qualidade da sua participação na CAE e considerou que a CAE deveria ter promovido mais reuniões conjuntas com a COF.

O Sr. Vice-Presidente agradeceu as palavras de apreço, considerando existir ainda um longo percurso a percorrer para colocar a AR no trilho de um verdadeiro acompanhamento político destas matérias, nomeadamente no sentido das comissões permanentes passarem a tratar destas matérias como assuntos internos, passando a reunir antes e depois dos Conselho sectoriais com o membro do Governo responsável em razão da matéria, sobretudo em políticas comuns como, por exemplo, a política agrícola, comercial, de pescas, etc., em que os governos são mais executores do que decisores.

O Sr. Deputado José de Bianchi (PS) afirmou que se o PEC tivesse passado pela CAE, possivelmente o país não se encontraria na actual situação política e formulou votos para que o escrutínio das questões europeias, assim como a participação do país na UE, seja enriquecido.

O Sr. Vice-Presidente deu nota do documento enviado pela COF sobre o ponto da situação do processo de revisão da lei de enquadramento orçamental. Colocou o Parecer a votação, registando a sua aprovação por unanimidade, com os votos favoráveis do PS, PSD e CDS-PP, na ausência do BE e do PCP.

6 - Nomeação de Deputado Autor de Parecer na CAE, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias, relativamente às seguintes iniciativas;

- A Proposta de Directiva do PE e do Conselho relativa à utilização dos dados dos registos de identificação dos passageiros para efeitos de prevenção, detecção, investigação e repressão das infracções terroristas e da criminalidade grave [COM (2011) 32], incluindo o Relatório da 1ª Comissão, foi distribuída ao Grupo Parlamentar do PS, que nomeou a Sra. Deputada Ana Catarina Mendes (PS), com a

indicação de que o escrutínio desta iniciativa se enquadrava no Protocolo n.º 2, anexo ao Tratado de Lisboa, cujo prazo para envio de parecer às Instituições da U.E. terminava no dia 6 de Abril, pelo que o Parecer deveria ser apresentado na reunião da CAE de dia 5 de Abril de 2011;

- O Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho e ao Comité Económico e Social Europeu elaborado nos termos do artigo 25.º do TFUE sobre os progressos realizados no sentido do exercício efectivo de cidadania da união no período 2007-2010 [COM (2010) 602], incluindo o Relatório da 1ª Comissão, foi distribuído ao Grupo Parlamentar do BE;

- A Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho: Energias renováveis: Avançar para o objectivo de 2020 [COM (2011) 31], incluindo o Relatório da 6ª Comissão, foi distribuída ao Grupo Parlamentar do PCP;

- A Proposta de Decisão do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à mobilização do Fundo de Solidariedade da UE (COM (2011) 10), incluindo o Relatório da 12ª Comissão, foi distribuída ao Grupo Parlamentar do CDS-PP, que nomeou o Sr. Deputado Pedro Brandão Rodrigues (CDS-PP).

7 - Apreciação e votação da acta n.º 71 de 16 de Março de 2011.

O Sr. Vice-Presidente colocou a acta a votação, registando a sua aprovação por unanimidade, com os votos favoráveis do PS, PSD e CDS-PP, na ausência do BE e do PCP.

8 -Outros Assuntos

O Sr. Vice-Presidente informou dos próximos agendamentos da CAE, suspendendo a reunião por trinta minutos.

PARTE II

11h30 - Audição com o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus (SEAE) previamente ao Conselho Europeu de 24 e 25 de Março de 2011.

O Sr. Vice-Presidente deu as boas-vindas ao Sr. SEAE.

O Sr. SEAE deu nota dos três temas na agenda do Conselho Europeu de 24 e 25 de Março: questões económicas (implementação do Semestre Europeu, consolidação

orçamental, PEC, Pacto para o Euro, apresentação dos Programas Nacionais de Reformas, mecanismo europeu de estabilidade; a questão da Líbia e a política de vizinhança da UE com o sul do Mediterrâneo (apoio à resolução n.º 1973 das Nações Unidas); a situação no Japão (a questão do nuclear, a preocupação de saúde pública sobre produtos produzidos no Japão, ajuda humanitária e consequência económicas e financeiras da situação no Japão). Por fim, congratulou-se com a nomeação da Sra. Embaixadora Ana Paula Zacarias para chefiar a delegação do Serviço Europeu de Acção Externa em Brasília, cuja candidatura constituiu uma prioridade para a diplomacia portuguesa, salientando que assim procederia em futuras candidaturas.

O Sr. Vice-Presidente assinalou a nomeação da Sra. Embaixadora Ana Paula Zacarias e, depois de uma sequência de intervenções por parte dos Senhores Deputados Luís Rodrigues (PSD), Honório Novo (PCP), Ana Catarina Mendes (PS), Cecília Honório (BE), optou por utilizar a metodologia de debate aplicada em plenário, num modelo de pergunta-resposta sequencial entre cada orador e o interlocutor.

Nesta sequência, intervieram os Srs. Deputados Luís Rodrigues (PSD), que colocaram questões sobre o facto de o Governo não ter comunicado à AR as propostas que iria levar a um Conselho Europeu particularmente difícil para Portugal e desencadeado a actual crise política, ao violar o acordo que tinha firmado com o PSD; a credibilidade das contas públicas; as propostas que o Governo Português apresentaria no Conselho Europeu e que medidas para o pacto para o euro.

O Sr. SEAE procurou responder às questões colocadas, colocando a tónica na necessidade de uma abordagem de seriedade e de verdade, reafirmando que no caso de a AR não aprovar o PEC, o Primeiro-Ministro se demitiria. Salientou o facto das propostas incluídas no PEC serem credíveis e negociáveis. Considerou não ter sido o Primeiro-Ministro a desencadear a actual crise política, nem ter violado o acordo com o PSD. Destacou que era indispensável manter o objectivo do deficit de 3% para 2012 e de 2% para 2013, referindo que se poderia debater, com propostas alternativas e com boa-fé, a forma de o atingir, em nome dos interesses do país, evitando o recurso à ajuda externa.

O Sr. Deputado Luís Rodrigues (PSD) interveio em defesa da honra, esclarecendo que, enquanto Deputado, não admitia que fosse colocada em causa a sua seriedade e afirmou que não faltara à verdade. Considerou que Portugal já tinha perdido a sua independência, cada vez que vinha de Bruxelas para implementar medidas aí

acordadas, salientando que o Governo tinha enganado o país na previsão da taxa de crescimento, sabendo de ante mão da inevitabilidade de um pedido de ajuda externa.

O Sr. SEAE retorquiu, afirmando não corresponder à verdade a afirmação que o Primeiro-Ministro já sabia que Portugal tinha de recorrer à ajuda externa.

O Sr. Deputado Pedro Brandão Rodrigues (CDS-PP) recordou que o seu Grupo Parlamentar, assim como o do BE, tinham solicitado a vinda do Primeiro-Ministro a plenário antes do Conselho Europeu, e se tal tivesse ocorrido, considerou que não se estaria na actual situação. Preciso que o PEC possuía erros fundamentais, que não apenas os de forma de apresentação, que também importam em democracia. Repetiu a sua posição contrária a um pedido de ajuda externa, preferindo a auto-regulação através do PEC do que as contrapartidas de um recurso ao Fundo Europeu de Estabilização Financeira, mas considerou o Governo culpado por não ter evitado a actual situação política, salientando o facto de se terem tomado decisões importantes no Conselho Europeu e na reunião do Euro grupo, sem se ter informado o Parlamento.

O Sr. SEAE manifestou que a forma, não sendo a ideal, fora a possível na situação de emergência diária em que o país se encontrava, pressionando o Governo a apresentar medidas a tempo do Conselho Europeu, que credibilizassem o esforço desenvolvido, e perguntou que medidas alternativas poderiam ser apresentadas para atingir os objectivos traçados, assim como de que forma se poderia evitar o pedido de ajuda externa, pelas suas consequências.

A Sra. Deputada Cecília Honório (BE) considerou que o PEC IV era já um PEC-FMI, argumentando ser necessário debater a demonização do pedido de ajuda externa, referindo que nem o Governo, nem o principal partido da oposição, tinham seriedade e credibilidade junto dos portugueses. Quis saber se o PEC IV apresentado pelo Governo ainda é negociável junto das instituições europeias ou não e que medidas inclusas no PEC IV também continham medidas para o pacto para o euro. Relativamente à Líbia, alertou para a imprevisibilidade da duração e das consequências do conflito, expressando a sua preocupação em relação às posições manifestadas pela Rússia e pela Liga Árabe.

O Sr. SEAE esclareceu que o PEC IV não antecipava o FMI, que era negociável e que as propostas deveriam ter credibilidade no sentido de garantirem que se venham a atingir os objectivos definidos para os próximos dois anos. Esclareceu ainda que a intervenção do FMI dependia da apresentação de um pedido por parte

do Estado e de um programa de condicionalidade macroeconómica. Referiu que as medidas em debate também se aplicavam ao pacto para o euro e que o acordo laboral se encontrava em negociação com os parceiros sociais. No tocante à Líbia, reconheceu que a situação preocupava o Governo Português, que se tinha aliado aos que tencionavam evitar a aniquilação da alternativa ao Governo.

O Sr. Deputado Honório Novo (PCP) considerou que, no caso da Líbia, se tratava de alinhar com um dos lados de uma guerra civil, condenando essa opção por parte das forças ocidentais. Expressou a sua insatisfação pelo documento sobre o Fundo Europeu de Estabilidade ter sido distribuído em inglês e colocou uma série de questões sobre as características do Fundo, da intervenção do FMI no Fundo, assim sobre o "Conselho de Governadores" e das sanções.

O Sr. SEAE respondeu, dizendo que o FMI estaria presente, mas que não participaria no Fundo Europeu, apenas complementando a sua acção, esclarecendo também que o Fundo teria uma subscrição nominal de 700 mil milhões de euros, dos quais 80 mil milhões poderiam ser realizados, e que as sanções reverteriam para o mecanismo europeu de estabilidade.

O Sr. Deputado José de Bianchi (PS) elogiou a abordagem do Sr. SEAE ao longo das sucessivas reuniões com a CAE, exemplo de seriedade, simpatia e franqueza. Referiu-se às questões da Líbia, do Japão, ao mecanismo de estabilidade financeira, distinguindo entre entreaajuda europeia e ajuda externa, criticando a forma como a oposição reagiu à apresentação do PEC, fragilizando a posição de Portugal.

O Sr. SEAE expressou a sua concordância com a análise feita e com o tom diplomático e equilibrado com que foi expressa, considerando que cada uma das partes deveria assumir as suas responsabilidades e concluiu, temendo que Portugal corra o perigo de ter de pedir ajuda externa.

O Sr. Deputado Paulo Pisco (PS) mostrou a sua perplexidade quanto à realização dos partidos da oposição em relação ao PEC IV. E saudou a presença séria e tranquila do Sr. SEAE durante as reuniões com a CAE.

O Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS-PP) considerou que, embora com divergência política, o Sr. SEAE representava uma mais valia para Portugal e para a diplomacia portuguesa.

O Sr. Deputado Carlos de São Martinho (PSD) referiu que o PSD se associava aos elogios dirigidos ao Sr. SEAE, sublinhando que se todos os dirigentes do PS

tivessem o mesmo perfil o país não estaria na actual situação, considerando que não fora o PSD a cultivar a crispação da vida política portuguesa nos últimos seis meses. Considerou inaceitável que o PEC IV contivesse três das medidas publicamente rejeitadas pelo PSD aquando das negociações para a viabilização do Orçamento de Estado para 2011.

O Sr. SEAE recordou que os últimos meses tinham sido de luta constante de Portugal na tentativa de correcção das contas públicas, com a participação de todos os portugueses, e de combater o preconceito dos mercados financeiros em relação ao país, que assumiram que Portugal ia pedir ajuda externa. Salientou o facto do Conselho Europeu extraordinário de 11 de Março poderia ter-se consubstanciado num ponto de viragem, com as instituições europeias a anunciarem que Portugal estava a tomar medidas e que esse esforço era credível e as propostas do PEC IV deveriam ter sido entendidas como medidas de emergência e que o debate sobre o conteúdo das propostas deveria ter lugar esta tarde. Por fim, referiu que a forma como interpretava a democracia e a vida política se reflectia nos debates que tinha partilhado com a CAE, com debate de ideias, confronto de propostas, com vista à defesa do interesse nacional, considerando ter-se tratado de uma experiência enriquecedora.

A reunião foi encerrada às 14:00 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 5 de Abril de 2011.

**O PRESIDENTE**



**(VITALINO CANAS)**

## **Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Costa  
Ana Catarina Mendonça Mendes  
Ana Couto  
António Gameiro  
Arménio Santos  
Carlos Costa Neves  
Carlos São Martinho  
Cecília Honório  
Honório Novo  
João Serpa Oliva  
José de Bianchi  
José Ribeiro  
Luís Pedro Pimentel  
Luís Rodrigues  
Paulo Pisco  
Pedro Brandão Rodrigues  
Pedro Duarte  
Sérgio Sousa Pinto  
Vitalino Canas  
Maria de Belém Roseira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

José Ferreira Gomes  
Vânia Jesus

Justificaram a falta os seguintes Senhores Deputados: